

A PROFUNDIDADE DA CRISE FISCAL

A economia brasileira parou de crescer desde 2014. Naquele ano, o PIB brasileiro ficou estagnado (+0,1%); em 2015 recuou 3,8% e em 2016 deverá sofrer um recuo de igual dimensão. Por que a economia brasileira não cresce?

A primeira resposta, a mais simples, é porque caíram os investimentos. A taxa de investimentos é a chave: para crescer 2,5% ao ano é preciso investir mais de 20% do PIB, mas nos últimos três anos a taxa de investimentos tem sido da ordem de pouco mais de 18%. Com a queda dos investimentos, vem a queda da produtividade do capital e do trabalho.

Por que isso? Por que essa profundidade da crise atual, a maior da História do Brasil? Ao que tudo indica, a razão está em que a crise econômica de hoje veio acompanhada de desconcertante crise política. Mais, concretamente, o ponto crucial da crise do déficit fiscal é originário de um crescente “déficit primário” que representa o quanto o Governo central gasta mais do que arrecada. Em 2015, esse déficit chegou a R\$111,2 bilhões e, em 2016, está fixado em R\$170,5 bilhões. Se a esse déficit somarmos o montante de juros sobre a dívida, que em 2015 chegou a mais de R\$500 bilhões, teremos a assombrosa dimensão do déficit nominal, que impulsiona a dívida pública. Em 2015, a dívida aumentou em 675 bilhões e chegou a R\$3.927 bilhões (66,5% do PIB), caminhando para mais de R\$4.600 bilhões em 2016, um acréscimo de mais de R\$600 bilhões. Uma situação insustentável.

A produção e, igualmente, a renda nacional se distribuem entre os empresários e investidores, os

trabalhadores e o Governo. Nos últimos 4 anos, a cada ano, o Governo vem se apropriando de uma fatia maior do PIB, de modo que sobra menos para os empresários e para os trabalhadores. Em 2012, a relação Governo/PIB era de 18,6%, em 2014, chegou a 19,5%, em 2015, a 20,2%. Para sustentar essa crescente obesidade do Governo, a carga tributária, ou seja, a soma dos impostos, taxas e contribuições paga pelo setor privado chega, hoje, a quase um terço do PIB (32,7%). Desse total, o Governo gasta apenas 2% em investimentos. E ainda se endivida crescentemente.

Em resumo, o Governo não investe mais porque não tem recursos disponíveis, enquanto o setor privado não investe porque também não tem recursos nem crédito e, mais, porque não tem confiança na política econômica do Governo, orientada ideologicamente por forte influência partidária.

É lógico que a conjuntura internacional também não ajuda e mesmo os países mais desenvolvidos não conseguem, desde 2007, superar a crise financeira e fiscal. No Governo Lula, entre 2003 e 2011, o valor das exportações subiu de US\$73,2 bilhões (2003) para US\$256,0 bilhões (2011), em consequência do *boom* das *commodities* propiciado pela China, o que deu um fantástico impulso cíclico à economia brasileira. Nossas exportações para a China subiram de US\$4,5 bilhões em 2003 para US\$44,3 bilhões em 2011. Atualmente, a situação mudou e a China passou a exercer uma influência negativa na receita de nossas exportações, refletida na crucial perda nas relações de trocas.

É evidente, porém, que substancialmente a atual conjuntura de crise no Brasil tem raízes internas e não externas. E, pior, não tem prazo para terminar, enquanto estiver atrelada aos desacertos e desmandos políticos e às dificuldades de relacionamento do Executivo com o Congresso Nacional.

Para simplificar a explicação, sob outro ângulo, pode-se afirmar que o crescimento econômico-social depende do bom ou mau Governo. Nos últimos 15 anos, a política econômica andou a deriva e a dívida pública aumentou R\$839 bilhões entre 2015 e 2016. Por isso, perdemos a perspectiva do crescimento econômico.

O quadro abaixo mostra a crescente profundidade da crise e nos revela como será difícil sair da crise, sem que o Governo pare de gastar mais do que arrecada e sem que o Banco Central modifique a sua obsessão de manter os juros básicos (SELIC) ao nível da mais alta taxa real do mundo.

R\$ bilhões	2014	2015	2016 (Est.)
Déficit nominal	343,9	613,0	588,4
Juros sobre a dívida	311,4	501,8	417,9
Déficit primário	32,5	111,2	170,5
Dívida bruta	3.252,4	3.927,5	4.604,8
Aumento anual da dívida		675,1	677,3
Dívida bruta (% do PIB)	57,2%	66,5%	73,6%

Para sair da crise, ocorre-nos uma sugestão simples, mas de suma importância, aos Estados para que reduzam o número de seus deputados e, conseqüentemente, a grande quantidade de assistentes e auxiliares que povoam os gabinetes desses políticos.

Para os Municípios, a sugestão vai na mesma direção: reduzir o número de vereadores e de seus gabinetes. O

ideal seria suspender a remuneração dos vereadores nos Municípios com menos de 100 mil habitantes.

A VOZ DAS RUAS

Com a iniciativa do Ministério Público Federal e a assinatura de mais de 2,3 milhões de eleitores, foi apresentado ao Congresso Nacional projeto de lei contra a corrupção, aprovado imediatamente pela Câmara dos Deputados. Em seguida, aconteceu a “Emenda da Meia Noite” e o projeto foi subvertido e desfigurado, passando a ser uma proposta de punição ao Ministério Público e ao Judiciário, por abuso de autoridade.

O Presidente Renan Calheiros não só encampou a decisão subversiva da Câmara, como propôs urgência para sua aprovação pelo Senado. A manobra não surtiu efeito e agravou ainda mais o desprezo da opinião pública pelos políticos que estão aprofundando a crise da economia nacional, com 12 milhões de desempregados.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Cresceram as pressões no Governo para maiores cortes dos juros e por medidas para a retomada da economia.

Entre julho e setembro a economia brasileira registrou a sétima queda trimestral consecutiva, evidenciando a dificuldade do País sair da atual recessão.

Desde o primeiro trimestre de 2014 o PIB acumula retração de 8,4% e não há nenhum sinal de que a crise tenha arrefecido.

PIB e Investimentos

A recessão prolongada elevou o pessimismo sobre o desempenho da economia em 2017. O recuo de 0,8% no PIB do Brasil, no terceiro trimestre,

frustrou a expectativa de uma saída mais rápida da recessão.

A queda da atividade foi em todos os grandes grupos, do consumo das famílias (-0,6%) ao investimento (-3,1%), da indústria (-1,3%) à agropecuária (-1,4%), dos serviços (-0,6%) ao setor público (-0,3%).

A maioria dos economistas está apostando que a economia deverá ensaiar uma recuperação a partir do segundo semestre de 2017. Fato é que todas as consultorias têm revisado as projeções para o PIB de 2017 continuamente para baixo.

A maior seletividade dos bancos e o desemprego resultaram na queda da venda de bens e serviços. O consumo de artigos prioritários, como os dos supermercados, está sendo adiado e o segmento deverá recuperar as vendas somente em 2018.

Já os produtos de maior valor agregado levarão mais tempo para voltar aos níveis recordes de demanda: veículos devem retornar aos números de vendas relativos a 2012 apenas em 2025, de acordo com a consultoria Oikonomia, especializada no segmento.

As vendas de serviços de planos de saúde devem ser retomadas aos níveis de 2014 no ano de 2020, de acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

Indústria

A produção industrial voltou aos níveis de 2008 com a queda de 1,1% em outubro ante setembro. A redução de -7,3% em relação a outubro de 2015 é a 32ª consecutiva, e reforça a tese de que ainda poderá haver nova rodada de deterioração no setor. A queda na produção física ocorreu em 11 dos 14 Estados considerados na pesquisa mensal do IBGE.

O desempenho negativo da produção de bens de capital e insumos reforça o freio nos investimentos.

A Fiesp divulgou um estudo que torna ainda mais preocupante a situação do setor: a dívida líquida das principais empresas da indústria de transformação deverá subir 207% até 2020. O EBITDA desse grupo deverá ter alta de 28%, e a relação dívida/EBITDA deverá saltar de 1,95 para 4,69 no período 2010-2020.

Amargando resultados ruins, a indústria continua demitindo: o estaleiro Rio Grande, parceiro da Engevix (alvo da Lava Jato) com a Funcef (Fundo de Pensão da Caixa), demitirá 3.200 funcionários, reduzindo seu quadro para 300 empregados, quando já teve 12.000.

A receita com a venda de produtos eletrônicos caiu 8% este ano, o setor de veículos acumula queda de 21% nas vendas até novembro, e o consumo de aço deve fechar 2016 com redução de 16%. Uma chuva de notícias ruins.

Comércio

As vendas no varejo caíram 0,8% entre setembro e outubro, de acordo com o IBGE. No ano, o volume de vendas encolheu 6,7% e os desempenhos de supermercados e de combustíveis tiveram o maior peso no resultado negativo, mesmo diante dos sinais de decompressão da inflação. No varejo ampliado, os tombos foram de -0,3% e -9,3% em outubro e no ano, respectivamente.

Apesar da confiança do comerciante ter evoluído positivamente entre outubro e novembro (+1,2%), o comércio espera um Natal pior e contrata menos.

Agricultura

A safra de grãos (arroz, feijão, milho e soja) do período 2016/2017, ainda em fase de plantio, pode chegar a

R\$ 36 bilhões a mais do que a safra anterior, totalizando R\$ 194 bilhões.

De acordo com as projeções apresentadas pela Fiesp, o cenário para o agronegócio será positivo nos próximos anos, mas diante das turbulências políticas e econômicas no País e no exterior, o otimismo é moderado.

Apesar das quebras das safras de grãos, café e laranja, entre outras culturas, estima-se que o PIB do agronegócio brasileiro deverá encerrar o ano com um incremento entre 2,5% a 3%, na comparação com 2015.

Estimativas preliminares mostraram que o valor da produção em São Paulo deve aumentar 21% em relação a 2015, podendo alcançar a marca de R\$ 77 bilhões este ano. O resultado será puxado pela cana, carne bovina, laranja e café.

Mercado de Trabalho

O desemprego voltou a atingir números recordes, a população desempregada subiu e alcançou um patamar de 12,042 milhões de trabalhadores, contrariando a tendência de geração de vagas no fim do ano. A crise no mercado de trabalho já resultou em quase 5,5 milhões de desempregados a mais no País, desde 2013.

Em meio à recessão econômica, o mercado de trabalho mostrou deterioração ainda maior do que no ano passado. Segundo a Pnad de 2015, o total de postos de trabalho eliminados alcançou 3,8 milhões.

A fragilidade da recuperação da economia e a persistência da crise no mercado de trabalho estão minando a confiança do consumidor. Após seis altas consecutivas, o ICC caiu 3,3 pontos de outubro para novembro.

Pela primeira vez em 11 anos houve queda nos rendimentos reais do trabalhador brasileiro: a renda média

passou de R\$1.950 em 2014 para R\$1.853, em 2015, redução de 5%.

Sistema Financeiro

A caderneta de poupança voltou a captar recursos em novembro, como informou o BACEN.

Até o dia 05/12, o Banco do Brasil havia conseguido que 7.760 funcionários aderissem ao Plano de Aposentadora Antecipada.

Não é uma informação tão animadora, mas um percentual menor de famílias está com dívidas em atraso, como apurou a CNC. Em outubro, 57,7% dos entrevistados tinham dívidas atrasadas, já em novembro o percentual foi de 57,3%.

Em busca de uma agenda positiva, o Governo concederá até 95% de descontos em dívidas contraídas com o Banco do Nordeste, por micro e pequenos produtores rurais. A medida virá por meio da regulamentação da Lei nº13.340/16.

Inflação

As expectativas para os preços em 2017 melhoraram com o resultado da inflação em novembro, que não passou de 0,18%. Trata-se do melhor resultado para o mês, desde 1988, e abaixo das projeções do mercado, que indicavam variação de 0,22% a 0,35%.

A ceia de Natal deste ano deve ficar 10,19% mais cara. Itens como azeite, vinho e frutas secas estão entre os produtos que mais apresentaram aumento de preços.

O Copom reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual novamente, a taxa caiu de 14% para 13,75% ao ano. O Comitê sinalizou a possibilidade de intensificar os cortes de juros em janeiro, e tornou praticamente garantida uma queda de 0,5 ponto percentual.

Após duas reduções de preço nos últimos dois meses, a Petrobras anunciou reajuste de 8,1% na gasolina e de 9,5% no diesel.

Setor Público

Em meio a tumulto e protestos, o Senado votou e aprovou no segundo turno a PEC 241, que estabelece como limite dos gastos do setor público federal a taxa de inflação oficial registrada no ano anterior. Uma vitória da responsabilidade fiscal, que deverá ser promulgada nos próximos dias.

O Governo Temer enviou ao Congresso o texto da reforma da Previdência, que já obteve parecer favorável do relator da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deputado Alceu Moreira. As mudanças endurecem as regras à aposentadoria, entre elas está a idade mínima para se aposentar, 65 anos para homens e mulheres. A proposta prevê, ainda, a contribuição por 49 anos ao INSS pelo cidadão que quer o valor integral do benefício.

Sem a aprovação da reforma, o Governo precisará elevar a arrecadação em R\$500 bilhões, é o que afirma o secretário Mansueto Almeida, do Ministério da Fazenda.

Mergulhados em uma crise financeira sem precedentes, mendigando recursos, Estados e Municípios devem R\$120 bilhões aos bancos públicos, segundo levantamento do Estadão. O Estado do Rio de Janeiro apresenta a pior situação e a União bancou R\$1,16 bilhão em dívidas.

Com as reduções nas estimativas de crescimento da economia em 2017, também deverão ser menores as receitas do Governo, o que deverá ampliar o déficit público. Uma alternativa para deixar a situação menos pior é o reconhecimento de receitas extraordinárias, provenientes de concessões, privatizações e da repatriação.

Setor Externo

As exportações brasileiras superaram as importações em US\$44,14 bilhões no acumulado deste ano, melhor que o resultado do mesmo período do ano passado, quando o saldo positivo foi de US\$15,81 bilhões.

No cenário internacional, o desemprego nos Estados Unidos está no menor patamar em nove anos. Os números reforçam o cenário de elevação dos juros americanos.

A economia dos EUA cresceu mais rápido do que o esperado para o terceiro trimestre desse ano. Foi o melhor desempenho em dois anos, impulsionada pelos gastos fortes dos consumidores e pelo aumento nas exportações de soja.

O Banco Central Europeu anunciou um corte inesperado de suas compras de ativos de € 80 bilhões para €60 bilhões por mês. A compra de ativos será executada até o final de 2017 ou mais, se necessário.

Depois de décadas de negociações e de um processo de adaptação de 15 anos, a China reivindica fazer parte do sistema multilateral do comércio, com plenos direitos, e de ser considerada economia de mercado.

A nova posição chinesa inicia um período de tensão e riscos de proliferação de disputas comerciais entre as grandes potências. A indústria brasileira precisa se preparar para uma possível enxurrada de produtos chineses baratos no mercado nacional.

O MERCOSUL decidiu suspender a Venezuela após o País ter descumprido obrigações assumidas quando se incorporou ao bloco, em 2012.

A Opep fechou acordo para cortar 1% da produção mundial de petróleo. A redução foi a primeira em oito anos e o objetivo é elevar o preço do barril a um patamar de US\$ 55 a US\$ 60 e, assim, beneficiar as economias dependentes do óleo.